

QUAPÁ–SEL – um projeto de pesquisa em rede

Dr. Silvio Soares Macedo, professor titular de Paisagismo da FAUUSP, coordenador do Laboratório QUAPÁ, chefe do departamento de Projeto da FAUUSP

Resumo

Apresentamos os procedimentos de trabalho do grupo de pesquisa QUAPÁ-SEL, que tem como objetivo o estudo das características e padrões dos sistemas de espaços livres de algumas das principais cidades do país. O trabalho centrado no laboratório QUAPÁ da FAUUSP, tem como componentes pesquisadores das principais centros de pesquisa do país e foi iniciado no ano de 2006.

Abstract

This paper focuses the research process developed by a national research team about the Brazilian cities open spaces systems and the results of this process

Palavras-chave

Sistema de espaços livres; cidade brasileira; esfera pública

Key-words

Open space system; Brazilian city; public realm

Introdução

QUAPÁ-SEL um nome, um título e uma marca que caracteriza um processo de pesquisa nacional estimulado e coordenado pelo grupo de pesquisadores do laboratório QUAPÁ – Quadro do Paisagismo no Brasil do departamento de Projeto da FAUUSP. Está estruturado dentro do Projeto Temático de Pesquisa denominado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil” apoiado pela FAPESP e pelo CNPq. e apoiado por uma ampla rede nacional de pesquisa também intitulada QUAPÁ-SEL, coordenada pelo Laboratório QUAPÁ da FAUUSP.

O projeto iniciado em 2006 está em 2010 finalizando a última etapa da sua primeira fase, que deve terminar nos primeiros meses de 2011. A partir desse ano iniciaremos uma segunda etapa, que deverá dar um destaque na relação de dependência dos sistemas de espaços livres à forma urbana produzida, tendo como elementos de discussão os seus agentes produtores, os padrões culturais vigentes, a sua destinação funcional e portanto social, a legislação urbana e ambiental e a cultura vernacular de construção das cidades.

Como objetivos centrais:

- aprofundar as discussões sobre os espaços livres existentes nas cidades;
- verificá-los como representantes de uma condição da vida cultural urbana; analisar como os poderes públicos urbanos atuam com relação a eles;- construir, a partir da vinculação entre espaços livres e vida pública, um referencial interpretativo da contemporaneidade urbana brasileira.
- entender a estruturação recente de sistemas de espaços livres em significativas formações urbanas brasileiras, sejam de natureza metropolitana, megalopolitana e formadoras de urbanização difusa
- uma revisão crítica dos modelos dominantes de pensamento e valores que norteiam os planos de sistemas de espaços livres, a implantação de áreas verdes e os recentes padrões de empreendimentos imobiliários.
- a relação de dependência e complementaridade existente entre os espaços livres públicos e privados, verificando as principais formas de apropriação e as relações entre diferentes práticas espaciais dos diversos elementos dos sistemas; as potencialidades ecológicas do sistema de espaços livres urbanos para conservar e regenerar os recursos naturais ainda existentes.
- a contribuição de diferentes sistemas de espaços livres para a constituição da esfera de vida pública contemporânea em diversas realidades urbanas brasileiras
- contribuir para a elaboração de princípios gerais de políticas públicas, planos e implantações de espaços livres, mais atentos à heterogeneidade da realidade urbana brasileira e às questões da proteção ambiental e da ecologia urbana.
- a construção de referenciais teóricos e a identificação de termos comparativos que, num alinhamento, permitam uma interpretação da realidade nacional dos sistemas de espaços livres urbanos e o estabelecimento de referências para futuras ações públicas.
- avaliar e dimensionar as iniciativas das instituições, das empresas e das populações (planos, projetos, execuções, manutenções), de modo a qualificar os espaços livres públicos;

As atividades de pesquisa se constituem das seguintes procedimentos:

- . reuniões semanais dos pesquisadores de modo a desenvolver conceitos e métodos, avaliar resultados de pesquisas de campo e estabelecer diretrizes de trabalho.
- . pesquisas de campo
- . ciclos de palestras semestrais com profissionais da área pública e privada
- . desenvolvimento de oficinas em todas as cidades envolvidas com participantes da universidade, dos poderes públicos e da sociedade locais. Foram efetivadas 22

oficinas nas cidades objeto da pesquisa: Santa Maria, Florianópolis, Curitiba, Maringá, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém, Palmas, Brasília e Campo Grande. Suzano, Sorocaba, Ribeirão Preto e Manaus. A Rede Nacional QUAPÁ-SEL conta com pesquisadores de universidades de todas as regiões do país, o que viabilizou a realização de oficinas

. colóquios anuais envolvendo os pesquisadores da rede nacional – foram a partir de 2006 cinco eventos deste tipo, dois no Rio de Janeiro e Curitiba e três em São Paulo,

- produção de mapas temáticos
- análise gráfica de mapas e fotos aéreas
- produção de textos sobre as matérias em pauta para congressos, publicações. etc.
- análise de legislação urbanística e ambiental
- documentação fotográfica
- criação de textos específicos

Com as informações, trabalhos e debates realizados em cada oficina, aliados à produção do Laboratório QUAPÁ de mapas temáticos e estudos volumétricos sobre a legislação urbanística de cada cidade, obteve-se um rico material de análise, que possibilitou a constituição de um conhecimento geral sobre os sistemas de espaços livres das referidas cidades e, em diversos casos, de suas regiões metropolitanas. Assim, constitui-se o primeiro quadro sobre os sistemas de espaços livres das cidades do país, com ênfase nas grandes cidades e nas capitais brasileiras (normalmente inseridas em regiões metropolitanas), mas também com razoável número de cidades médias, sejam elas capitais ou não.

O conhecimento deste quadro permitiu:

- um avanço teórico-conceitual sobre o assunto, notadamente na relação entre sistemas de espaços livres e esfera pública contemporânea;
- o estabelecimento de princípios de avaliação de sistemas de espaços livres urbanos;
- a criação de critérios para a proposição de diretrizes para sistemas de espaços livres urbanos.

Sistemas de espaços livres

Entende-se como sistema de espaços livres (SEL) urbanos os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intra-urbana à regional. Como um sistema

aberto, o SEL urbano se relaciona ao SEL regional, e assim sucessivamente, redefinindo-se reciprocamente.

O SEL urbano contém todos os espaços livres urbanos existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e de sua localização e propriedade, sejam eles públicos ou privados. A idéia de sistema de espaços livres está vinculada à sua vinculação funcional e organizacional (socioambiental), já que fisicamente somente os espaços públicos estão conectados entre si, principalmente pelo sistema viário.

Os espaços livres públicos não são, necessariamente, todos conectados fisicamente (vejam os pátios internos a algumas edificações, por exemplo). A conexão física é apenas uma das inúmeras formas de relações entre os espaços livres. A contribuição ambiental das áreas permeáveis e vegetadas de uma cidade, por exemplo, se constituem em importante serviço ambiental urbano, ainda que não necessariamente estejam conectadas fisicamente.

Parte-se, portanto, do princípio de que toda cidade possui um sistema de espaços livres que é produzido durante seu processo de formação tanto pelo Poder Público como pela iniciativa privada. Este sistema está em constante processo de transformação e adequação às novas demandas da sociedade (empresas, instituições e grupos sociais). O seu melhor atendimento as demandas cotidianas da sociedade vai depender das disponibilidades de recursos, dos padrões culturais existentes e das decisões políticas que podem levar a eventuais processos de qualificação de tais sistemas.

O sistema de espaços livres é básico na existência da cidade, porque:

- é fundamental ao desempenho da vida cotidiana;
- é estrutural na constituição da paisagem urbana, elemento da forma urbana, da imagem da cidade, sua história e memória;
- participa da constituição da esfera de vida pública (geral e política) e da esfera de vida privada.
- tem a beleza como atributo cultural / qualitativo do SEL urbano
- é elemento fundamental para a conservação de recursos ambientais e dinâmicas ecológicas existentes dentro e nas vizinhanças de áreas urbanas, tendo papel de estrutural na drenagem local.

Parte-se do princípio de que é importante um patamar de qualidade espacial, isto implica em espaços livres generosos, isto é: serem muitos, diversificados, tratados paisagisticamente, arborizados (não necessariamente todos), equipados, bem

mantidos e bonitos na cidade. Isto se justifica em função de um atendimento as demandas sociais, permitindo maior convívio público, contato com a alteridade própria da vida cidadina, permitindo o sonho e a liberdade. “Os espaços livres são uma reserva de imaginação” (BARTALINI, 2010).

O conceito de sistema de espaços livres adotado se sobrepõe, contendo e ampliando o conceito usual de áreas verdes freqüentemente utilizado no país, que tem como base a necessidade de espaços livres dotados de vegetação. Esta é uma idéia reducionista que deixa de lado as características fundamentais do espaço urbano como a complexidade e diversidade das formas de apropriação e apreensão social e o fato real da impossibilidade física e mesmo da inconveniência da existência de vegetação em determinados espaços livres.

Entende-se o papel fundamental da vegetação na cidade brasileira tanto como elemento essencial na facilitação da drenagem urbana, como na criação de micro climas mais agradáveis ao homem, na facilitação da diversidade de vida animal e ainda como fator de embelezamento urbano. Mas também compreende-se a importância dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais.

Características gerais dos SELs da cidade brasileira

Os **espaços livres públicos** formam um subsistema dentro do sistema de espaços livres. O principal espaço livre é a rua, elemento fundamental de conexão na cidade, por onde ocorre grande parte da vida cotidiana da sociedade urbana. Parques, praças, mirantes, calçadões, promenades, florestas urbanas, reservas municipais e estaduais, lagoas, praias, etc. se constituem nos demais elementos desse sistema.

Os **espaços livres privados** são aqueles inseridos dentro das áreas particulares e cujo acesso não é, em geral, possibilitado ao público que só em casos especiais tem a permissão de usufruto de parcelas específicas de tais propriedades. Tais espaços também formam um subsistema inserido no SEL urbano, neles ocorrem inúmeras atividades ao ar livre do cotidiano da habitação e do trabalho, como descanso, recreação infantil, jogos, atividades do trabalho doméstico, estacionamento de veículos, etc. Jardins, quintais, estacionamentos, pátios de carga e descarga, florestas, etc. fazem parte deste sistema que ao contrário dos espaços públicos só raramente estão conectados fisicamente entre si, encontrando-se extremamente fragmentados e dispersos no tecido urbano. Seu papel ambiental, no sistema de

espaços livres de uma cidade varia para cada forma do tecido urbano, sendo que evidentemente os espaços livres privados permeáveis, vegetados e arborizados prestam maiores serviços ambientais ao meio urbano.

O espaço livre na cidade brasileira é comumente predeterminado a partir do processo de loteamento quando são especificadas e destinadas as áreas para as ruas e demais espaços públicos. A composição dos elementos edificados pode definir as características formais do espaço livre; no entanto, sua qualificação também deverá ser dada pelo seu desenho/projeto e pela manutenção adequada.

Somente em situações urbanas totalmente planejadas e implantadas sob rígido controle de seus promotores, sejam estes o Estado ou empreendedores privados, é factível a existência de uma distribuição equitativa de todos os tipos de espaços livres idealizados. Este é o caso por exemplo das cidades de Palmas, Umuarama, Londrina, Goiânia, Maringá, Brasília e Boa Vista.

Na urbanização contemporânea brasileira, empreendimentos privados de grandes proporções assumem, por vezes o papel de provimento de espaços livres formalmente bastante qualificados, no entanto, via de regra, apresentam acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública. Tais empreendimentos vêm se realizando não apenas nas grandes metrópoles e capitais, mas também em cidades médias tais como: São Carlos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, entre outros exemplos paulistas.

Existe uma crescente dependência em relação ao mercado na constituição de sistemas de espaços livres (inter-relação entre espaços livres privados e públicos) em especial em áreas destinadas às elites. Vende-se cada vez mais produtos imobiliários que afirmam uma imagem “verde, tranquila e segura”, mas por vezes apresentam fortes impactos sociais, ambientais e paisagísticos que são sentidos apenas no médio prazo.

No país existem diversos padrões específicos de espaços livres. Em linha geral pode-se afirmar:

- para a habitação multifamiliar vertical ou horizontal é crescente a ocorrência de espaços livres de uso coletivo, evidentemente são maiores e mais elaborados aqueles destinados à população de maior renda, mas mesmo empreendimentos privados para famílias de renda entre 3 e 5 salários mínimos começam a incluir itens de lazer nos espaços livres condominiais;

- os novos empreendimentos de porte (loteamentos e condomínios fechados, inclusive para fins industriais) apresentam maiores cuidados ambientais destinando maiores áreas aos espaços de conservação ambiental, decorrentes, sem dúvida, do crescente rigor da legislação ambiental;
- por conveniências do cotidiano, tanto proprietários, quanto locatários pouco hesitam em reduzir o espaço livre intralote, sobretudo quando ocupados por residência unifamiliar ou atividades do setor secundário ou terciário. É como se o espaço livre privado fosse apenas uma reserva para futura expansão da edificação. O custo e o trabalho para se adquirir um novo imóvel capaz de abrigar as novas necessidades e exigências de famílias e empresas é alto, “justificando” a redução dos espaços livres da propriedade já em uso.
- se por um lado a urbanização brasileira apresenta crescente fragmentação, por outro, com o aumento da mobilidade, eventos públicos (esportivos, culturais, políticos, etc.) podem se estabelecer com maior frequência e liberdade em espaços previstos ou não para isto, de acordo com planejamento governamental, empresarial, do terceiro setor ou mesmo a partir da ação de grupos sociais independentes. Tais situações são freqüentes nos espaços públicos centrais, nos centros expandidos, nas periferias pobres das grandes cidades, nos parques mais importantes de cidades de todos os tamanhos.
- apreender a esfera pública contemporânea brasileira em suas diferentes manifestações nos mais diversos lugares onde ela se estabelece, tais como: os centros históricos das cidades com suas praças, igrejas, calçadas, prédios públicos e particulares voltados ao trabalho e à moradia, a Lapa no Rio de Janeiro, a Ilha das Caieiras em Vitória, as praias urbanas de todas as capitais litorâneas no país, os campinhos de futebol nas periferias de grandes e médias cidades, do Recife à Sorocaba, São Paulo, Belo Horizonte ou Salvador, mesmo alguns *shopping centers*, como o Shopping D. Pedro em Campinas, implica em apreender diversidades derivadas das formas de apropriação dos diversos grupos sociais em constante atrito e acordo, fato que impede de considerá-lo apenas como simples espaço de consumo da população.
- o processo de planejamento de sistemas de espaços livres é ainda inexistente ou muito incipiente na cidade brasileira. Observa-se uma multiplicidade de agentes produtores e gestores que dificulta a ação planejada ou coordenada, a desarticulação e sobreposição de funções entre secretarias acarreta conflitos de competências, além

disto, a cada mudança de gestão é freqüente a alteração de secretarias e de suas atribuições.

- a arborização urbana é ainda bastante ausente da maioria dos tecidos urbanos brasileiros. As calçadas são, em grande parte, estreitas, as áreas de urbanização periférica são pouquíssimo arborizadas.

- há ainda grande falta de tratamento paisagístico adequado na maioria dos espaços públicos, exceção maior são as áreas centrais (maior visibilidade) e bairros de renda alta. As iniciativas recentes de melhoria dos espaços livres públicos nos bairros mais pobres (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas) apresentam, por vezes, projetos inadequados à grande demanda e, via de regra, não são acompanhados de manutenção adequada ao intenso uso. Não são raros, nestes contextos, a alta depredação e a apropriação pelo tráfico de drogas.

- a precariedade dos transportes públicos (exceção maior é Curitiba) agrava a acessibilidade a parques públicos, ainda assim observa-se a crescente utilização dos mesmos, notadamente nos fins de semana. A conservação dos parques é muito variável, de cidade a cidade, de bairro a bairro, indo de muito boa a muito precária.

- há um crescente tratamento de orlas de rios, mares e lagoas, mas ainda há muitas orlas sem qualificação urbanística e paisagística. O conflito entre a legislação ambiental vigente, as demandas de uso e os projetos realizados impõe que se revise os procedimentos legais, propositivos e de manutenção. Nas capitais litorâneas trechos de orla são reformados a todo instante, instalando-se novo mobiliário urbano, trocando-se o piso, etc. É notável o desequilíbrio de tratamento verificado nestas cidades entre os espaços livres de orla e os demais.

- a falta de saneamento ambiental infesta de esgoto, poluição difusa e resíduos sólidos a maioria dos cursos d'água das cidades brasileiras. As áreas de preservação permanente urbanas (APPs) junto aos corpos d'água apresentam alta degradação e se constituem em espaços que fragmentam o tecido urbano, ou quando deles participam, apresentam tratamento paisagístico bastante precários. Exceção mais costumeira é a dos espaços junto à moradia de alta renda, porém, mesmo em "bairros nobres" é comum as APPs encontrarem-se em péssimo estado de conservação.

- em diversas cidades investigadas (por exemplo: Rio de Janeiro, Belém, Campinas, entre outras) as terras públicas das Forças Armadas se constituem como barreiras à urbanização, podendo, no futuro, representar importante parcela de estoque de espaços livres para convívio e conservação ambiental.

Não são poucos os desafios para a ampliação e qualificação dos SELs das médias e grandes cidades brasileiras, envolvem questões que vão da necessidade de uma legislação urbanística-ambiental mais adequada às especificidades ambientais urbanas, passando pelo saneamento ambiental, pela revisão de paradigmas urbanísticos que regem a produção imobiliária voltada ao mercado solvente e que orientam as políticas públicas, pelo estabelecimento de planos de sistemas de espaços livres atentos à realidade dos diferentes lugares urbanos, a capacitação dos quadros técnicos que planejam, projetam, executam e mantêm os espaços livres.

Um sistema de espaços livres urbanos qualificados se presta, por exemplo, para as seguintes demandas:

- espaços públicos: circulação, acesso e convívio de pedestres, circulação, acesso e estacionamento de veículos (da bicicleta ao veículo leve sobre trilhos), áreas de estar, convívio, recreação e contemplação da paisagem (mais ou menos edificada, com maior ou menor presença da ação humana), áreas de atividades físico-desportivas, áreas de conservação e preservação ambiental, espaços para manifestações políticas, artísticas e culturais, áreas para feiras, festas comunitárias, eventos circenses, cívicos e religiosos, espaços destinados a usos específicos (ligados aos sistemas infra-estruturais de energia, saneamento ambiental, comunicações, portos e aeroportos, espaços de educação e pesquisa, entre outros);
- espaços privados: convívio familiar e social, recreação e contemplação, apoio aos espaços edificados (conforto ambiental, áreas de carga e descarga, estacionamentos, etc.), trabalho e serviços ambientais propiciados pela presença de áreas permeáveis, áreas vegetadas, arborizadas.

Para avaliação de qualquer sistema de espaços livres urbanos devem ser considerados (sempre sistemicamente) os seguintes fatores:

- no tocante ao suporte físico: relevo, estabilidade do solo, drenagem, dimensão e distribuição dos corpos d'água (qualidade das águas), orlas (marinhas, fluviais e lacustres), clima e micro-climas;
- dinâmica ecológica existente e potencial: utilização dos princípios básicos da ecologia da paisagem (matrizes, corredores e fragmentos), resiliência, biodiversidade, fragilidades, principais impactos;
- : faixas etárias e de renda da população, (suas distribuições no território), mobilidade, identidade e diversidade cultural, densidade e dinâmica demográfica, acordos sociais pré-existentes, complexidade do cotidiano familiar e coletivo;

- características dos sistemas viário e de transportes (frota de veículos, intermodalidades, etc.) implicam em níveis de mobilidade e de acessibilidade a diferentes elementos do sistema de espaços livres que pode transformar um pequeno mas equipado parque em espaço de carácter metropolitano, já um grande parque pouco acessível pode não passar de um parque de bairro no que tange à sua apropriação por práticas sociais, por outro lado, o mesmo parque pode ter importância regional sob o aspecto da conservação ambiental;
- características de porte, distribuição e manutenção do sistema de parques urbanos e demais áreas verdes, do sistema de espaços de convívio e lazer, do sistema de áreas de conservação ambiental (APPs, RPPNs, parques naturais, entre outros);
- políticas públicas recentes e em vigor, investimentos futuros previstos ou indicados em planos, estrutura de implementação e gestão (acordos, sobreposições de competência);
- legislação incidente sobre a ação privada, produção imobiliária recente e prevista, parcerias entre os poderes públicos e a iniciativa privada;
- a questão fundiária local e as possibilidades efetivas de adoção de instrumentos urbanísticos que viabilizem o estabelecimento da função social da propriedade urbana em consonância com a qualificação do sistema de espaços livres;
- a presença, maior ou menor, da produção e apropriação informal da cidade (favelas e outras ocupações, ações clandestinas na produção da forma urbana, apropriações privadas de espaços públicos, impacto do crime no cotidiano das pessoas e das empresas).

Vale ainda considerar na avaliação e proposição de diretrizes para um sistema de espaços livres urbanos as formas e a dinâmica dos comportamentos culturais e ideológicos contemporâneos, por vezes bastante distintos do passado recente e bastante distintos entre os diversos grupos etários e sociais. Os equipamentos colocados em um determinado espaço público ou privado nem sempre estão dispostos de acordo com as demandas originais de determinada população, sendo sua implementação por vezes devida a padrões de mercado estimulados pela mídia e vinculados no intuito de gerar novas demandas. A cultura e o mercado interagem dialeticamente em cada momento criando e recriando situações espaciais.

De forma análoga a ideologia ambientalista vem se difundindo em todos os meios, dos centros de pesquisa às atividades domésticas cotidianas e novas propostas de espaços de conservação ambiental têm maiores chances de serem estabelecidas do que no passado recente. Tem-se que existe uma estreita relação das

dos conflitos ambientais das questões sociais (econômicas e culturais), potencializando assim uma gestão e apropriação mais adequada das áreas de conservação ambiental.

O princípio da acessibilidade plena aos espaços livres públicos de convívio e lazer deve ser garantido. Para tanto é fundamental estabelecer um sistema que considere a distribuição de tais espaços no território urbano e a sua acessibilidade pelos diferentes meios de transporte. Diante de uma mobilidade e de uma renda média crescente no país pode-se não apenas prover a população de espaços livres mais adequados, mas propiciar à população o direito de escolha em conhecer e se apropriar mais destes ou daqueles espaços livres segundo seu tempo disponível e interesse específico neste ou naquele equipamento público.

De forma similar, é preciso considerar a crescente capacidade de deslocamentos intermunicipais de parcelas cada vez mais significativas da sociedade urbana brasileira para fins de ócio e lazer. Tem-se concretamente a apropriação por diversos grupos sociais de um sistema de espaços livres (municipal), dentro de outro sistema (regional ou extra-regional). Novos tipos de espaços livres para estas escalas podem ser propostos, como os parques regionais (QUEIROZ, QUEIROGA, 2010) e as estradas-parque onde se deve garantir a apreensão e uso da paisagem, mesmo sobre propriedades privadas rurais, constituindo uma forte relação complementar entre propriedades públicas e privadas, orientadas por questões da paisagem e do ambiente.

O princípio da diversidade também deve ser perseguido, não apenas a biodiversidade como a sociodiversidade e a garantia à diversidade cultural enquanto escolha. Hábitos culturais tradicionais e novos, endógenos e exógenos estão sempre em relação dialética, os espaços livres públicos são palco importante para sua manifestação, contendo elemento educador na medida em que propicia a visibilidade, e, quem sabe, o respeito pela alteridade.

Não basta, evidentemente, propor sistemicamente os espaços livres, é necessário manutenção e segurança de uso, portanto não se deve apartar planejamento, projeto, obra e manutenção.

Resultados

Após cinco anos de trabalhos conjuntos com os nossos parceiros em diferentes cidades e a partir dos estudos já feitos algumas conclusões preliminares entre outras podem ser feitas :

- a gestão do sistema de espaços livres em geral é de baixa qualidade ou inexistente, sendo esta em geral de boa qualidade em áreas centrais
- a realidade socioeconômica – desigualdade – que exclui parte significativa da população ao acesso da terra urbana, obrigando-a, de um modo informal, à ocupação de áreas públicas de interesse paisagístico e ambiental como:
 - ocupação pelo Estado de áreas destinadas a sistemas de espaços livres com construções para diversos fins;
 - dificuldades do Poder Público na gestão efetiva de seus estoques de terras;
 - tradição pública na ocupação de áreas de interesse paisagístico ambiental para a construção de sistemas viários;
 - falta de interesse social-coletivo - efetivo pela conservação, preservação e uso adequado de recursos ambientais e paisagísticos.
- permissividade do Poder Público para com as ocupações ilegais, de modo a atender interesses políticos diversos;
- irreversibilidade na maioria dos casos das ocupações ilegais;
- clientelismo político, com a cessão de terras públicas (estoques de terras) à entidades privadas para fins diversos.
- os espaços livres urbanos não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma:
 - alguns deles são pouco interligados e acessíveis fisicamente à população em geral
 - há precariedade de projetos, que levem e possibilitem a existência da qualidade paisagística urbana e um evidente despreparo das equipes técnicas na criação e execução dos projetos paisagísticos para espaço livres
 - por conta dos recursos externos ofertados, os planos de uso de bacias hidrográficas urbanas têm merecido atenção do poder público municipal. Contudo, priorizam o embelezamento das várzeas e não o tratamento dos esgotos e a recuperação da qualidade das águas.
- não incorporação por parte de técnicos e dirigentes de padrões paisagísticos na maioria das obras viárias
- dificuldades no entendimento do significado do projeto paisagístico e de seu escopo

- falta de interesse por parte do poder público, em muitas cidades, de investir de fato na produções de espaços livres adequados ao cotidiano urbano
- crescimento das demandas por projetos paisagísticos de espaços públicos
- as praças, calçadões e os parques são os tipos mais comuns de espaços livres urbanos públicos do Brasil
- as praças apresentam tipos, tamanhos, temas e usos diversificados porém são concentradas e melhor tratadas nos bairros centrais dinâmicos e bairros das classes médias e altas .
- é grande a demanda por praças e qualquer tipo de espaço de recreação em bairros pobres, mas por vezes quando implantados não recebem manutenção dos equipamentos e iluminação noturna, tornando a acessibilidade e o uso restritos. É um fato comum, mas não generalizado, sua freqüência por traficantes e usuários de drogas, na maioria jovem do sexo masculino.
- precariedade do saneamento básico urbano, especificamente tratamento de esgoto doméstico e drenagem de águas pluviais, esta é observada em todas as capitais, em bairros de alto padrão e, sobretudo em bairros pobres.
- a observância em planos diretores de princípios ambientalistas que influenciam a geração de espaços livres de portes diversos, associados a conservação de recursos naturais.
- a instituição das áreas de proteção ambiental urbanas como um fato ser concretizado
- o aumento das ações que envolvem a conservação de recursos ambientais, como manguezais e florestas urbanas.
- produção crescente de novos parques e orlas tratadas.
- a constituição de uma série de parques lineares.
- a consolidação da praça esportiva.
- investimentos públicos de porte para a recuperação de áreas reservadas para a construção de parques e invadidas pela população, em especial aquelas situadas as margens de rios.
- valorização crescente nos códigos de ao menos parte das cidades do papel do espaço livre no âmbito privado, com o conseqüente aumento de prescrições para concretizar sua existência.
- a proteção efetiva de áreas de várzea e corpos d'água.

- a efetivação da ciclovia como um canal de transito, mas também como um espaço de recreação da população.
- a criação dos primeiros sistemas integrados de parques.
- são inúmeros os projetos de arborização urbana, que entretanto não colaboram de um modo efetivo com a constituição espacial e ambiental de espaços como parques e praças
- as demandas por espaços públicos estão em processo de crescimento apesar da cultura do medo vigente
- novas modalidades de uso do espaço livre estão se popularizando como o caminhar e o skate, mesmo em áreas mais pobres
- grande parte das atividades ao ar livre se dá intramuros e é forte a participação de academias, clubes e shoppings no lazer cotidiano
- grandes áreas florestadas ou ocupadas por campos de propriedade do governo estadual e federal, do exército ou da marinha se constituem como barreiras a urbanização e estoques para futuros espaços públicos .
- as ruas e calçadas são os espaços de realização da esfera pública por excelência, assim as ruas deveriam comportar a escala do pedestre, não apenas a dos veículos e, as calçadas deveriam ser generosas e bem conservadas pois as calçadas em grande parte das cidades são subdimensionadas para o uso do pedestre
- nas cidades litorâneas, as praias e orlas atrativas aos turistas de outras regiões do país e do estrangeiro recebem embelezamento, implantação de ciclovias e equipamentos destinados à prática de ginástica e esportes. Nas demais o tratamento inexistente.

Referências bibliográficas

- MACEDO, S (org). **Paisagem e Ambiente- ensaios nº 26, edição especial**. São Paulo, FAUUSP, 2009
- MACEDO, S. et. al. **Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil**. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 60-83.
- QUEIROZ, A, QUEIROGA, E. **Novos processos urbanos e a implantação de parques regionais contemporâneos: estudo de caso na região de Limeira – SP**. In 10º ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. *Anais*. Porto Alegre: PUC-RS, 2010. 1-12. (CD-ROM)

QUEIROGA, E. et. al. **Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações.** In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. 84-99.